

Dossiê Magalhães
FORJADO NO LABORATÓRIO
DE INTRIGAS DE ACM

No último dia 29 de fevereiro, o Ministério das Comunicações divulgou, com grande alarde, um dossiê denunciando 19 parlamentares que fizeram solicitações de apoio a pedidos de concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão. Entre os parlamentares citados, o maior número de solicitações é do senador Carlos Alberto Chiarelli (PFL-RS) - coincidentemente o presidente da CPI da corrupção que vem fustigando o governo - que pediu apoio para 43 outorgas. [Citar os nomes...] Todos os citados estão na oposição ao governo Sarney e são defensores dos quatro anos de mandato. O dossiê rendeu muito espaço ao ministro Antônio Carlos Magalhães. Não por acaso, recebeu especial destaque em "O Globo". Este dossiê é um produto grosseiro da fábrica de intrigas de um político que é especialista no ramo. Examinando o dossiê pode-se chegar às seguintes conclusões:

1) O dossiê não cita todos os parlamentares que solicitaram apoio para outorgas de concessões e permissões. Restringe-se a identificar os parlamentares que hoje estão fazendo oposição ao governo Sarney e, com especial destaque, os que estão defendendo mandato de quatro anos.

2) O dossiê revela os parlamentares que deram apoio, mas não os nomes dos beneficiados pelas concessões. O que aliás é muito oportuno, pois entre os nomes de beneficiados por concessões e permissões, nos últimos anos, apareceriam parentes, prepostos e "testas-de-ferro" do Secretário Geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Villar Furtado e de sua esposa, a deputada Rita Furtado (PFL-RJ), do ministro ACM e do próprio presidente Sarney. O dossiê também revela nomes de religiosos católicos que solicitaram concessões, mas não revela os nomes dos parlamentares evangélicos que trocaram concessões e permissões por votos na Constituinte, como foi amplamente denunciado pela imprensa. Em síntese, muito mais importante do que quem apoiou os pedidos de outorga, seria revelar que são aqueles que estão se beneficiando com as concessões e permissões. Mas isso não interessava a ACM.

3) O apoio a uma solicitação de outorga não implica, necessariamente, na obtenção de vantagens ilícitas pelo parlamentar que a fez. O que poderia ser considerado ilícito - ou no mínimo imoral - é a aceitação da intervenção no processo de julgamento da outorga, de interferências estranhas à lei. Ao revelar a forma cuidadosa com que documenta as solicitações dos parlamentares no

processo de julgamento das outorgas, o Ministério das Comunicações incrimina-se admitindo publicamente que acolhe interferências estranhas às disposições legais. Isto é, o Ministério admite que existe o processo instruído com a documentação legal e existe um outro processo, à margem da lei, que está aberto às pressões políticas. Ora, um processo aberto a interferências extra-legais também é potencialmente aberto a interferências ilícitas, a toda sorte de expedientes excusos.

4) Ao afirmar publicamente que parlamentares interferem no processo de outorgas de emissoras, insinuando que estes tentam corromper o processo - e ao admitir que o Ministério das Comunicações acatou as solicitações dos parlamentares citados - o ministro ACM admitiu figurar numa situação de corrompido, isto é, de corrupto.

CONCLUSÃO: Sem discutir a conveniência e a lisura do comportamento dos parlamentares que solicitaram apoio a pedidos de outorgas de concessões e permissões, fica evidente que o dossiê do ministro Antônio Carlos Magalhães é uma peça acusatória parcial, forjada para atender objetivos políticos imediatos do governo Sarney. E não é esclarecedor, nem sobre o processo de decisão que adota o Ministério das Comunicações, nem quanto aos beneficiados pela política desse Ministério. É muito mais uma confissão de culpa do que uma denúncia.